

Escola da Escolha Pública

Teorias Contemporâneas de Economia

Prof. Fabio Barbieri

Leituras

- **Leitura obrigatória:**

- TULLOCK, G. SELDON, A. e BRADY, G.L. **Falhas de Governo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, caps. 1-5.

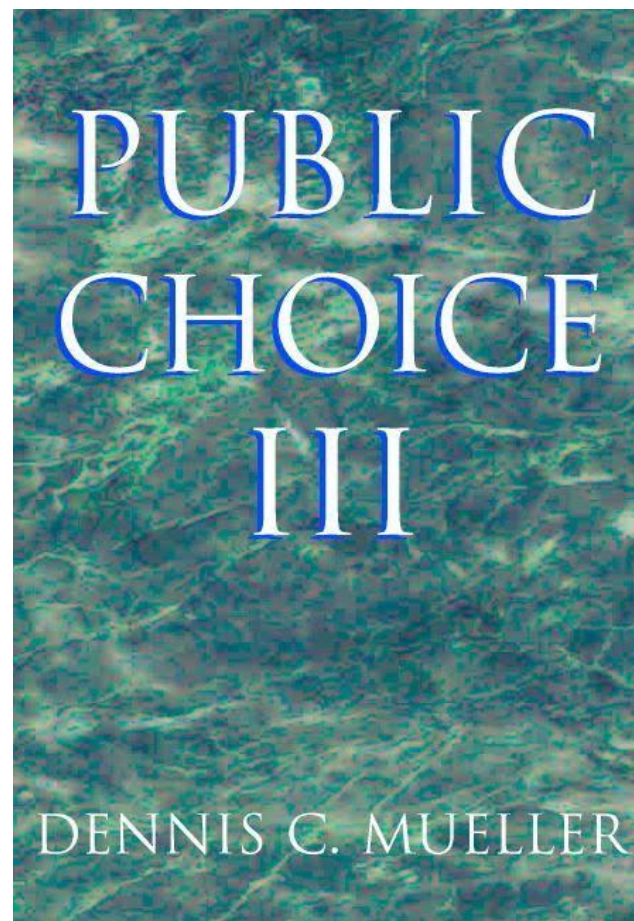
- **Leitura Complementar:**

- ALVES, A.A. e MOREIRA, J.M. **O Que é a Escolha Pública? Principia**, 2004.
- ARVATE, P., BIDERMAN, C. (orgs.) **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Capítulo 4, pp. 47-58.
- BUCHANAN, J. e TULLOCK, G. **The Calculus of Consent**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962
- BUTLER, E. **Escolha pública: um guia**. São Paulo: Bunker Editorial, 2015.
- KRUEGER, A. "The Political Economy of the Rent-Seeking Society", *American Economic Review*, 64, 1974.
- MITCHELL, W.C. e Simmons, R. T. **Para Além da Política: mercados, bem-estar social e o fracasso da burocracia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Partes I e II
- MONTEIRO, J.V. **Como Funciona o Governo. Escolhas Públicas na Democracia Representativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MUELLER, D. Public Choice: a survey. *Journal of Economic Literature*, Vol.14, No.2.(Jun.,1976), pp.395-433.
- STIGLER, G. J. The Theory of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, vol. 2, No. 1

Leituras

- **Texto avançado:**

MUELLER, D. C. Public Choice III.
Cambridge University Press, 2003.



Essência da Abordagem

- Objeto de investigação
 - lógica da Ação Coletiva ou escolha pública ou economia da política ou política sem romance
- Importância da escola
 - Estudo da lógica do funcionamento do estado é pré-requisito para análise científica de questões econômicas
- História das idéias
 - Tema comum na economia dos sécs. XVIII e XIX mas quase ausente na teoria moderna a-institucional
 - Para o economista moderno, o estado não é modelado, mas visto como entidade abstrata com o potencial de imposição de políticas tecnicamente corretas imaginadas por eles.
- Teoria utilizada
 - modificação da microeconomia
 - além de consumidores e firmas, os políticos e os funcionários públicos também são auto-interessados

Roteiro

- Pressupostos comportamentais
- Alguns Precursores: a escola francesa
- Alocação política e eficiência
- Votação
- *Rent seeking*
- Burocracia
- Regulação
- Macroeconomia do déficit público
- Grupos

Pressupostos Comportamentais

Pressupostos Comportamentais

- Antes de autores como Turgot, Hume e Smith, discussões sobre questões sociais eram essencialmente morais:
 - Platão, Aristóteles: moralidade da ação social
 - Idade Média: a teoria econômica era subproduto de código de conduta moral (trocas (il)legítimas, preços justos, usura
 - Cientistas sociais (exemplo: cameralismo alemão) prescreviam ações morais para reis, funcionários públicos, empresários, clérigos, etc.
 - Pressuposto de quase todos os cientistas sociais: agente público busca o bem geral
 - Mais pronunciado com o endeusamento do estado por Hegel
- Economistas antigos quebram a tradição:
 - Condillac, Turgot, Hume, Smith supõem agentes auto-interessados
 - Tradição inglesa: mas nas discussões sobre o governo, em larga medida o pressuposto sobre seus agentes ainda é de espírito público, desinteressado.
 - Tradição francesa: precursores da escola da escolha pública

Pressupostos Comportamentais

- Auto-interesse - Smith - Riqueza das Nações

- “In civilized society [man] stands at all times in need of the cooperation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons... Man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only. He will be more to prevail if he can interest their self-love in his favour, and show them that it is for their own advantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater part of those good offices which we stand in need of. *It is not from the benevolence of the butcher, brewer, or the baker, that we expect our dinner, bur from their regard to their own interest...* Nobody but a beggar chooses to depend chiefly upon the benevolence of his fellow citizens.”

- Garnier traduz auto-interesse como egoísmo

Pressupostos Comportamentais

- Interpretação ‘contratual’ de James Buchanan:
 - Smith não propõe uma afirmação empírica de que os agentes sejam egoístas
 - Como o problema é a geração de regras do jogo que gerem cooperação, deseja-se resultado que não dependa da hipótese de natureza humana perfeita.
 - De fato, contratos especificam cláusulas que tratam de quebras de contrato, mas não se espera *ex ante* que elas ocorrerão. Pelo contrário, buscam-se parceiros comerciais em quem confiamos.
 - Problema correlato: um ‘lobo’ no meio dos ‘cordeiros’ tende a desaparecer ou corromper a maioria sadia? Em que condições? Vide jogo dos “falcões e pombas” de micro II.

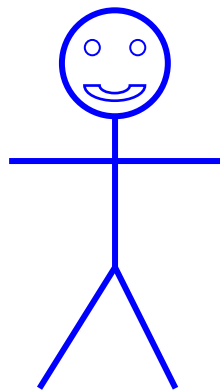
Pressupostos Comportamentais

- Tullock critica a “visão bifurcada do comportamento humano”:
 - No mercado, os agentes são auto-interessados;
 - Na política, os agentes buscam o bem coletivo.
 - O político e o eleitor são pessoas diferentes quando estão no mercado!
 - Virtualmente todos os cientistas sociais adotam a visão bifurcada, inclusive os economistas: identificada uma “falha de mercado”, a regulação corretiva supõe implicitamente falta de auto-interesse dos reguladores.
- A escola da escolha pública desafia essa inconsistência:
 - Individualismo metodológico sugere a substituição de atribuição de intenções ao “Estado” pelo estudo do objetivos dos agentes públicos;
 - Todos os agentes estão sujeitos aos mesmos pressupostos comportamentais;
 - Pressuposto: os agentes públicos (políticos e funcionários públicos) também são auto-interessados.
 - Ao transferir o pressuposto de auto-interesse para a o setor público, a Escola da Escolha Pública desenvolve a “Economia da Política”.

Pressupostos Comportamentais

- BUCHANAN, J. e TULLOCK, G. The Calculus of Consent:

No one seems to have explored carefully the implicit assumption that the individual must somehow shift his psychological and moral gears when he moves between the private and social aspects of life. We are, therefore, placed in the somewhat singular position of having to defend the simple assumption that the *same* individual participates in both processes against the almost certain onslaught of the moralists.



No meu governo não
vai ter corrupção!

O problema do Brasil é falta de ética.
Abaixo os gananciosos!

Pressupostos Comportamentais

- Em Smith, o auto-interesse gera benefícios públicos sob certo conjunto de instituições (estado de direito, competição, etc.) A competição canaliza o auto-interesse para esforços cooperativos. Existe alguma espécie de “teorema de mão-invisível” na esfera política que possa justificar a hipótese de interesse coletivo? É mais plausível do que a competição perfeita nos mercados?
- Hipótese de auto-interesse também na política é mais simples em termos metodológicos e empiricamente corroborada:
 - Aforismo: “para ser um grande senador, você antes precisa ser um senador”
 - Hayek (O Caminho da Servidão: por que os piores chegam ao poder?)
 - Foco no ambiente institucional, não nas pessoas: quais são as pressões seletivas para a seleção de políticos em ambientes com aumento do escopo das escolhas coletivas?
 - Empresários de sucesso antecipam demandas por bens. Políticos eleitos são bons em serem eleitos. Aqueles ligados a princípios que não geram reeleição não “sobrevivem”. O que é uma “venda” bem sucedida?
 - Resposta: problema de informação imperfeita nos mercados políticos.

Pressupostos Comportamentais

- Com a aplicação do conceito de auto-interesse ao estudo da política, substitui-se a abordagem algo normativa da Filosofia Política por uma abordagem mais positiva de Ciência Política informada pela teoria econômica.
- Explicação de como a política é, não como gostaríamos que fosse
- Para James Buchanan, a teoria da escolha pública ...
 - "replaces... romantic and illusory... notions about the workings of governments [with]... notions that embody more skepticism."
- Contraste entre intenções alegadas e seu uso para restrição da competição:
 - Legislação antitruste
 - Firms grandes estabelecidas restringindo a entrada de novos competidores
 - Legislação ambiental
 - Redução de emissão em áreas menos desenvolvidas e poluidoras
 - Regulação de qualidade (segurança) de produtos
 - Regulações que exigem características dos produtos das firmas estabelecidas, proibindo exploração de novos nichos.

Conclusão

- Hipótese de **auto-interesse** deve ser estendida para a análise da lógica da política
 - uniformidade metodológica na comparação institucional
 - teste de robustez institucional
 - Utilidade para comparar meios (planejamento descentralizado x centralizado) e não proposições positivas(as pessoas são egoístas) ou normativas sobre fins (as pessoas não deveriam ser egoístas)

Alguns Precursores: a escola francesa

Obs: o mundo não começa com Adão ... Smith!

Anne Robert-Jacques Turgot (1727 – 1781)



Elogio a Gournay

- Marquês de Gournay (1712-1759) – intendente do comércio
- Texto compara dois sistemas institucionais
 - livre competição
 - privilégios monopolísticos
- Regulação: independente das intenções, na prática efeito é restrição do comércio no “espírito do monopólio”
- Conhecimento disperso e regulação:
 - Ele [Gournay] não podia ver a utilidade de estabelecer que um pedaço de tecido fabricado deva envolver procedimentos legais e discussões tediosas para determinar se ele está de acordo com um sistema extensivo de regulação, muitas vezes difícil de entender, nem pensou ele que tais discussões deveriam a ser realizadas entre um fabricante que não sabe ler e um inspetor que não sabe fabricar, nem que esse inspetor ainda seja o juiz final da fortuna do desafortunado homem.
 - Não há necessidade de provar que cada indivíduo é o único juiz competente deste uso mais vantajoso de suas terras e de seu trabalho. Ele sozinho tem o conhecimento particular sem o qual o homem mais iluminado só poderia argumentar cegamente.

Turgot como Ministro

- Ministro das finanças de Luís XVI entre 1774 e 1776
 - Tentativa de desregular economia
- Proibições existentes nos mercados de grãos:
 1. atuar no mercado sem permissão de funcionários nomeados para essa atividade;
 2. formação de associação entre mercadores sem autorização;
 3. comércio de grão ainda não colhido;
 4. venda fora dos mercados designados;
 5. estoque;
 6. transporte entre províncias, sem autorização prévia
- Medidas que Turgot tenta adotar:
 - Extinção de monopólios nos mercados de grãos
 - 6 éditos:
 1. Supressão da corveia (obrigação de trabalhar certo número de dias do ano em obras públicas) e construção de estradas cobradas por valor em dinheiro, pago por imposto sobre propriedade de terra;
 2. Supressão das guildas de produtores;
 3. Supressão de impostos sobre certos gêneros alimentícios e modificações de outros impostos.
 4. Supressão da *Caisse de Poissy*, instituição financeira criada para assegurar a provisão de carne em Paris, que financiava açougues e cobrava taxas sobre as operações nos mercados de carne;
 5. Modificações nos impostos sobre banha animal;
 6. Supressão de cargos associados à administração de portos, cais, depósitos e mercados de Paris.

Jean-Baptiste Say (1767 – 1832)



- Sistemas comparados: auto-interesse e conhecimento disperso nas ações coletivas geram falhas de governo
 - **Interesse**: desalinhamento de incentivos dos agentes públicos com os interesses coletivos - custos mais altos dos serviços públicos
 - **Conhecimento**: fazendeiros sabem mais sobre alternativas que reguladores – uso não econômico dos recursos
 - regulação e *rent-seeking*: desvio de recursos produtivos

Do momento em que um indivíduo ou uma classe de indivíduos puder confiar na autoridade para se libertar da competição, eles adquirirão um privilégio à custa da sociedade; eles podem garantir a obtenção de lucros que não derivam inteiramente dos serviços produtivos que prestaram, mas parte dos quais é um imposto real para seus consumidores; imposto, do qual eles quase sempre compartilham alguma porção com a autoridade que lhes emprestou seu apoio injusto.

Jean-Baptiste Say (1767 – 1832)



- Lei de Say, incentivos produtivos e o Brasil
- Contexto: bolha de investimentos ingleses para comércio com AL, que não se revelaram lucrativos
- Interpretação institucional de Say: incentivos para atividades produtiva x extrativa

Brasil, esse vasto país, tão favorecido pela natureza, poderia absorver cem vezes mais mercadoria inglesa do que agora é em vão prá lá enviado sem encontrar um mercado; mas para isso primeiro seria necessário que o Brasil produzisse tudo o que é capaz de produzir. Mas como esse desventurado país poderia atingir esse objetivo? Todos os esforços dos cidadãos estão paralisados pelo governo. Se algum ramo de sua indústria oferece perspectiva de ganho, ele é imediatamente apreendido e sufocado pela mão do poder. Alguém encontra uma pedra preciosa, ela é tirada dele. Belo encorajamento para o exercício de indústria produtiva com a finalidade de comprar com seus produtos as mercadorias europeias!

Antoine Destutt de Tracy (1754 - 1836)



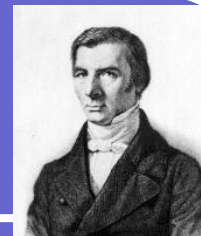
- A lógica da ação coletiva
 - Tamanho do grupo: benefícios concentrados x custos dispersos
 - assimetria entre influência política de produtores e consumidores
- Expansão da burocracia e projetos inviáveis: estado real x estado ideal
- Como lidar com tendência ao aumento dos gastos financiados por títulos públicos?
 - proposta: os governos não seriam obrigados a honrar dívidas contraídas por gestões passadas

...todos esses homens imploram a assistência da força em favor da ideia com a qual eles simpatizam; ou, pelo menos, sob diferentes pretextos, incitam leis proibitivas, para restringir aqueles que os obstruem nesta disputa universal.

Se houver uma classe que não segue esse caminho, seria a dos consumidores; porque todo o mundo sendo consumidor, todos não podem se unir para formar um clube e exigir exceções; pois é a lei geral, ou melhor, a liberdade, é a sua garantia. Assim, eles não possuem representantes especiais ou procuradores vorazes precisamente porque o interesse deles é o interesse universal.

Todos aqueles que, pelo contrário, têm um interesse particular predominante são unidos por ele; formam corporações; têm agentes ativos; nunca faltam pretextos para insistir na prevalência [de seus fins]; e abundam em meios...

Frédéric Bastiat (1801-1850)



- história como conflito entre produtores e espoliadores
- pressupostos comportamentais:
 - **produção e espoliação derivados do auto-interesse**
 - espoliação faz parte da natureza humana e Economia deve incorporar seu estudo
 - **propostas de políticas motivadas por boas intenções**
- resultado: modelo institucional: incentivos à produção ou espoliação sob (des)centralização, gerando consequências não intencionais

... há outra disposição que também é comum entre os homens. É viver e se desenvolver, quando for possível, à custa do outro. ... Essa disposição lamentável brota da própria natureza do homem, daquele sentimento primitivo, universal e inconquistável que o impele a buscar seu próprio bem-estar e evitar a dor.

... o trabalho sendo doloroso em si mesmo, e o homem sendo naturalmente inclinado a evitar a dor, se segue que – a história está aí para provar isso – onde quer que a espoliação seja menos onerosa do que o trabalho, ela prevalece; e nem a religião nem a moralidade podem, neste caso, impedi-la. Quando, então, a espoliação cessa? Quando se torna mais onerosa e mais perigosa que o trabalho.

Conclusão

- Tanto na tradição inglesa de Smith e Hume quanto na tradição francesa de Turgot, Say e Bastiat, os economistas antes de Marx adotavam abordagem de **comparação institucional** que explorava as consequências do **auto-interesse na esfera política**.
- Escola da Escolha Pública recupera esse capital intelectual esquecido.

Alocação Coletiva de Recursos e Eficiência

Eleitores racionalmente ignorantes

- O Problema da Informação Imperfeita
 - A quantidade de informação que um comprador de um carro decide adquirir é maior do que a de um eleitor.
 - Logo, a assimetria de informação é mais severa em política.
- Os eleitores são “**racionalmente ignorantes**”:
 - as questões de política econômica são complexas, demandam muito estudo, o que é custoso.
 - Porém, o impacto de um voto é negligenciável no resultado final.
 - O benefício para o eleitor da adoção de cada projeto é diluído.

Eleitores racionalmente ignorantes

- Os eleitores são “**racionalmente ignorantes**”:
 - Logo, é racional para o eleitor se informar pouco sobre questões políticas.
 - De fato, empiricamente as pessoas (normais!) são desinteressadas por política; só conhecem projetos que afetam diretamente seu próprio bem estar.
- Quais são as consequências desse problema para a eficiência da ação governamental?

Eleitores racionalmente ignorantes + políticos auto-interessados = decisões políticas “ineficientes”:

- Base da teoria de exploração da maioria por grupos de interesses.

Alocação Política e Eficiência

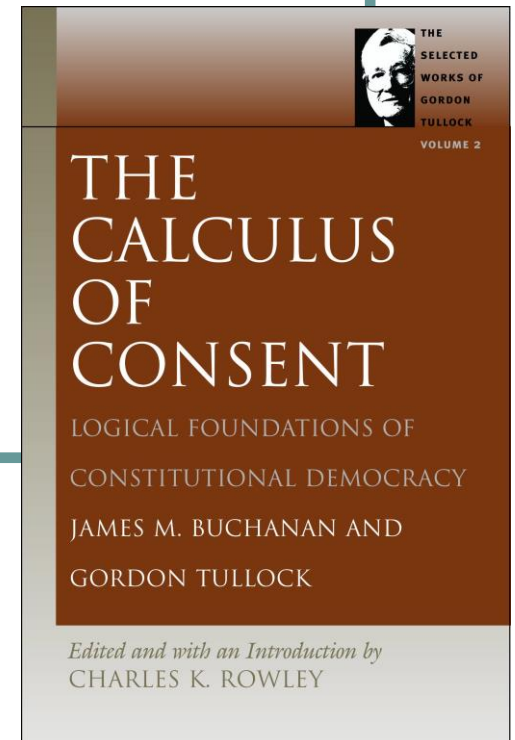
- A Escola da Escolha Pública permite estudar as **falhas de governo**.
- A Escola defenderia algo *a priori*, como planejamento central (Lange) intervencionismo (Keynes, Samuelson), estado mínimo (Mises) ou libertarianismo (Rothbard)? Não!
 - A escola permite uma análise científica na medida em que compara benefícios e custos de cada conjunto de regras institucionais: **falhas de governo** são comparadas com **falhas de mercado** e uma postura é definida com base na comparação entre arranjos rivais
 - Discussão: comparação caso a caso ou existem regularidades em cada arranjo?
 - Discussão: comparação em termos de redução de custos de transação?
 - Utilizando análise marginalista, podemos inferir que, como introduzem falhas de governo, logicamente os economistas da escola desconfiam mais do que a maioria da eficácia de uma intervenção.
- A escola é anti-democrática?
 - Não! Estudar os defeitos da democracia não implica que haja alguma alternativa melhor!
 - Devido a esse medo, estudar as falhas de governo na democracia vira tabu e convida acusações fáceis de oponentes.

Alocação Política e Eficiência

- Quais são as aplicações dessa teoria?
 - **Microeconomia:** (des)regulação interna, comércio internacional
 - **Macroeconomia:** eficiência das formas de tributação, economia do déficit
 - **Economia constitucional:** que tipo de regras gera um jogo melhor, dado que os agentes públicos não são mais idealizados?
 - eficiência de esquemas rivais de escolha política
 - burocracia
 - economia da busca de privilégios (rent-seeking)

The Calculus of Consent

Buchanan e Tullock (1962)



Economia Constitucional

Buchanan e Tullock - The Calculus of Consent (1962)

- Teoria contratual do estado:
 - os indivíduos escolhem constitucionalmente como desenhar linha que separa atividade privada da pública
- Indivíduos reconhecem que certas trocas privadas não ocorrem sem garantias de propriedade e se reúnem para criar **mercados políticos**
 - trocar ou roubar? Acordo para garantir propriedade funciona como melhora paretiana em dilema dos prisioneiros
- Se número de jogadores em jogo infinito é grande, é difícil detectar e punir traição
 - Problema do carona. Logo, cooperação voluntária é possível apenas em comunidades pequenas
 - Discussão: *análise de E. Ostrom é menos útil aqui?*
- **Vamos estudar então regras de decisão coletivas**

Economia Constitucional

Buchanan e Tullock - The Calculus of Consent (1962)

- **Problema:** sem unanimidade, todo mecanismo de escolha coletiva tem que apelar para coerção.
 - Regresso infinito: como escolher as regras para escolher as regras?
- ***Gedanken experiment*** para teoria constitucional voluntarista:
 - como em Rawls, agentes reunidos (no contexto constitucional) escolhem regras gerais do jogo sob “véu de ignorância” a respeito da sua posição futura. Pode haver então unanimidade sobre natureza das regras constitucionais.
 - Após isso os agentes interagem no contexto pós-constitucional.
- **Dilema ao minimizar “custos da interdependência social”:**
 - Se a escolha for feita por poucos, os custos da escolha são baixos, mas quem paga os bens públicos é a maioria explorada. Se a escolha requer unanimidade, os custos externos são internalizados, mas os custos decisórios são enormes. => critério para escolha de mecanismos de escolha constitucional.

Economia Constitucional

The Calculus of Consent

- Voto majoritário tende a gerar superprodução de bens providos centralmente (não necessariamente aqueles desejados...), pois *maioria decisória pode transferir os custos para uma minoria*. De novo:

No one seems to have explored carefully the implicit assumption that the individual must somehow shift his psychological and moral gears when he moves between the private and social aspects of life. We are, therefore, placed in the somewhat singular position of having to defend the simple assumption that the *same* individual participates in both processes against the almost certain onslaught of the moralists.

- Conclusão:
- deve-se discutir não apenas os defeitos, mas considera-los como parte do pacote quando se discute regras constitucionais alternativas:
 - mais privatização, mais regulação, provisão central, etc.
 - Os defeitos/benefícios são inerentes a cada tipo de regra

Agregação de Preferências: votação

Votação

- **Escolha pública:** escolha no mercado envolvem quantidades diferentes de consumo de cada bem (cada dólar é um voto). Na política, a quantidade consumida do bem público é a mesma para todos. Isso convida ao estudo dos mecanismos de escolha pública, em especial a escolha democrática.

Alternativas de alocação:

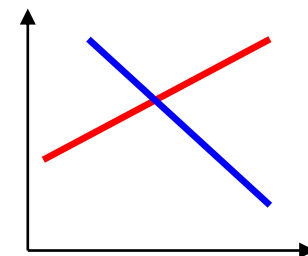
- **Bens privados:** entrada / saída do consumidor no mercado basta;

- **Bens públicos:** mecanismos de votação, revelação das preferências

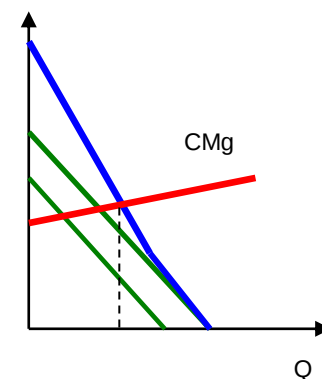
Bens intermediários:

- **Voto com os pés:** abandonando a hipótese de economia de escala (oferta conjunta dos bens), o ótimo é obtido com cada eleitor votando com os pés e se agregando conforme a preferência pelo bem. Há agregação com número pequeno de alternativas.
- **Teoria dos clubes** (Buchanan): existe exclusão, mas novos membros diminuem o custo médio. Se isso ocorre sempre, temos o problema dos bens públicos para toda a população. Se o custo cresce, existe tamanho menor ideal para o clube, composto de pessoas com preferências homogêneas por clube.

Escolha do bem privado:



Escolha do bem público:



Votação

- **Teoria das revoluções** (Tullock):
 - $R = B.P + D - C$
 - R: ação revolucionária,
 - B: benefício do bem/mal público,
 - P: probabilidade que a participação tenha resultado,
 - D: benefício privado com a revolução
 - C: custo para o indivíduo de participar.
- **Exemplo 1: A Vida de Brian** (Monty Python)
 - É racional a Frente Popular da Judéia “amarelar” na hora da revolução?
- **Exemplo 2: Revolução bolchevique**
 - Lenin e a espera pela maturação das condições para a revolução (vide variáveis do modelo)

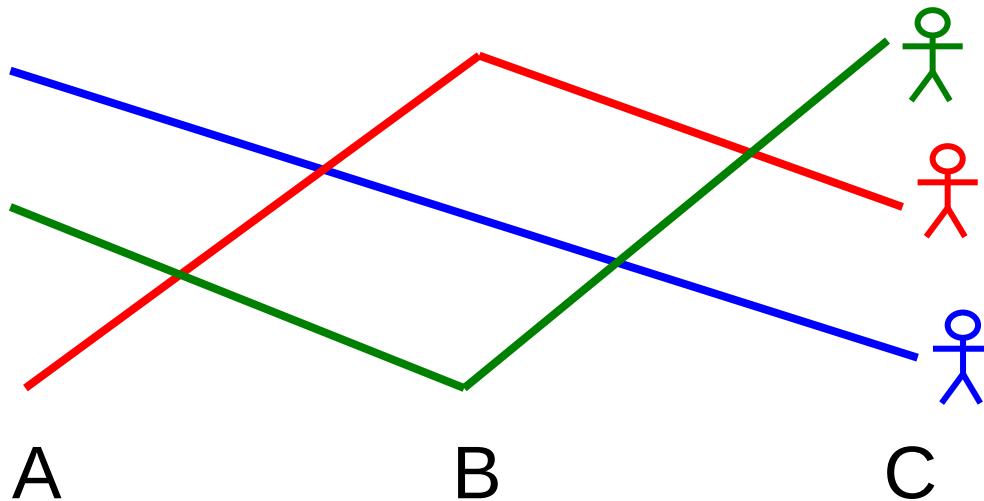


Votação

- Existem inúmeros modos de votação:
 - distrital, representação proporcional, ..., majoritário, unanimidade, ... com pesos, com turnos, etc.
- **Regra da unanimidade:** favorecida por Wicksell e Buchanan, é única que leva sempre ao ótimo de Pareto no campo {qde. do bem público; parcela de impostos arcada por cada agente}:
 - **Equilíbrio de Lindahl:** observador propõe divisão de impostos e qde. do bem. Regra da unanimidade aprova se for melhora paretiana. Vira status. Propõem-se novas alocações até tangência das curvas de indiferença.
 - Mas tateamento é custoso e pode ser sujeito a ação estratégica.
- **Paradoxo de Condorcet:** no voto majoritário, a ordem na qual as alternativas são apresentadas interfere no resultado final. Considere as escolhas a partir da dezena de candidatos nas primárias.
 - Caso dos partidos Conservador, Liberal e Trabalhista na Inglaterra: coalisção com os liberais é a forma de obter maioria.
- **Teorema de Arrow:** é impossível encontrar sistema de votos que seja consistente, independente das alternativas irrelevantes, sensíveis a melhoras paretianas e não coincida com a escolha de um eleitor (regra de não ditadura).

Votação

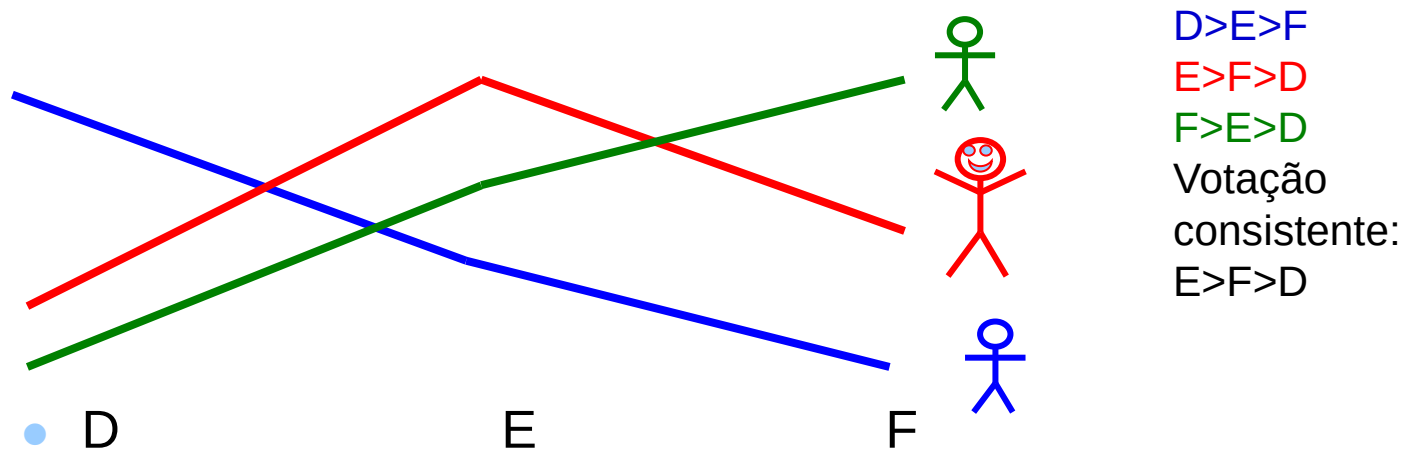
- Caso em que ocorre intransitividade: $A > B > C > A$
 - Eleitores 1,2,3. Projetos A, B, C.
 - Preferências:
 - Eleitor 1: $A > B > C$ (single peaked preferences)
 - Eleitor 2: $B > C > A$ (single-peaked preferences)
 - Eleitor 3: $C > A > B$ (double-peaked preferences)



Votação

- Teorema da Preferência Mediana

- Se as duas condições abaixo ocorrerem, não ocorre o paradoxo de Condorcet:
 - Indivíduos têm um único pico no diagrama
 - Preferências declinam monotonicamente conforme aumenta a distância do pico
- **E** é a alternativa mediana vencedora: **eleitor 2** é o eleitor mediano.
- Existe tendência aos candidatos escolherem posições medianas e se afastarem dos extremos do espectro político. Analise as evidências das últimas eleições.



- Se escolhas unidimensionais (escolha entre 3 projetos), ciclos são raros. Se escolhas multidimensionais (qde. de gasto em 3 projetos), os ciclos voltam a ocorrer, mesmo com preferências com pico único dentro de cada projeto.

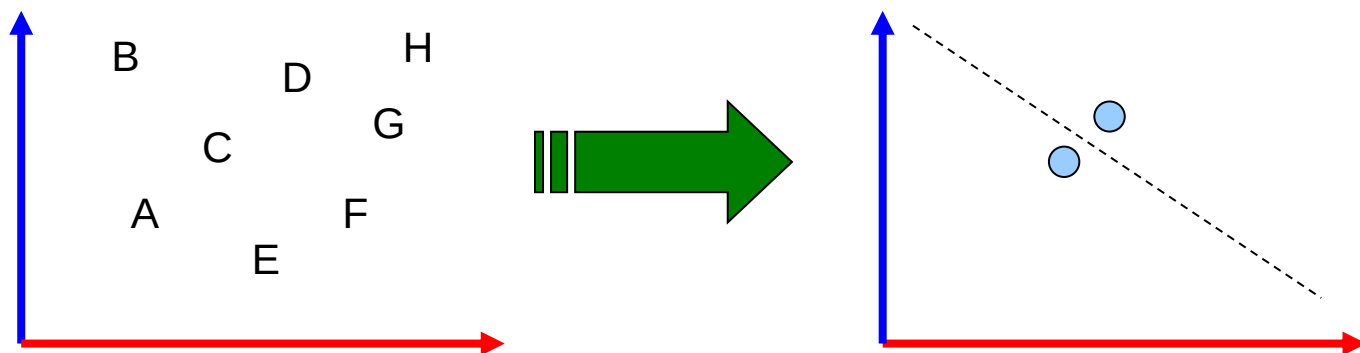
Votação

- Teorema do Eleitor Mediano

- Assumindo que:
 - Candidatos de 2 partidos queiram ser eleitos;
 - Eleitores votam em quem mais se aproxima de suas preferências
- Então os políticos não irão escolher posturas nos extremos da distribuição, senão perdem para o concorrente.
- Existe uma tendência a convergência para o “centro”
 - Pense em exemplos do cenário político brasileiro dos últimos tempos.
 - Existem várias dimensões no espectro político: agricultores conservadores favorecem tarifas protecionistas e intelectuais de esquerda são a favor da liberação das drogas, bem como liberais.
 - Por que a diferença é pequena entre democratas e republicanos nos EUA? Por que a diferença entre trabalhistas e conservadores na Inglaterra é maior? Considere em seguida duas (genericamente, várias) disputas simultâneas:

Votação

- Eleitores A, B, C, ... H têm as seguintes preferências por gastos com o projeto 1 e com o projeto 2:



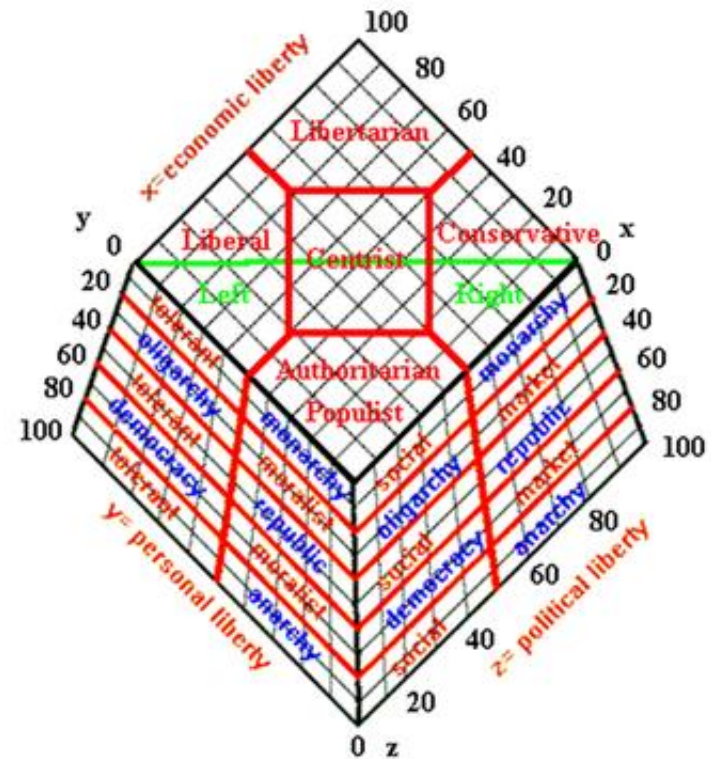
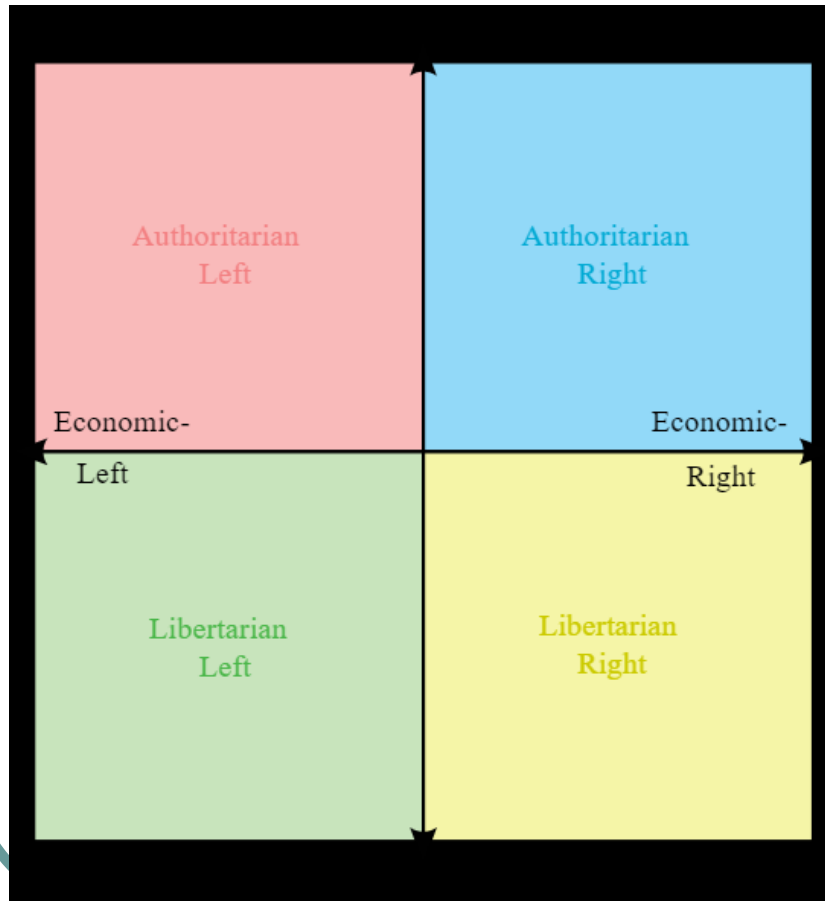
- Em um sistema bipartidário, os dois partidos convergem para a escolha mediana;
- Em um sistema multipartidário, as coalizões convergem: os liberais da Inglaterra novamente.

Eleitor mediano e mito do espectro político unidimensional

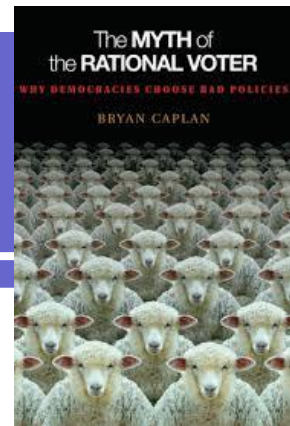
- Problema: se o brasileiro é considerado conservador, por que não existe partido conservador?
- Teorema do eleitor mediano supõe conhecimento comum sobre espectro político
 - Exemplo: dicotomia esquerda-direita
- Mas existem diferentes filosofias políticas e portanto dimensões analíticas para classificar as posturas políticas
 - Exemplo: triângulo conservadores-liberais-socialistas
- O que ocorre quando existe diferença de percepções entre eleitores e analistas políticos
 - Exemplo: discussões sobre “ismos” não adotados por ninguém

Eleitor mediano e mito do espectro político unidimensional

- Exemplo de classificação com 2 dimensões: diagrama de Nolan



B. Caplan: o mito do eleitor racional



- Por que democracias escolhem políticas ruins?
- Vieses dos eleitores
 - anti-mercado (condenação de lucro, uso de teoria de preços de monopólio, como análise de transferência de impostos...)
 - anti-estrangeiros (comércio externo como jogo de soma zero)
 - manutenção de empregos existentes (não compreensão sobre relação entre variação na produtividade e substituição de emprego entre setores)
 - Pessimismo (tendência a desconsiderar indicadores)
- Pesquisa comparando opinião contrastantes de economistas e público
 - exemplo: $\frac{3}{4}$ do público atribui alto preço do petróleo à ganância das firmas e apenas $\frac{1}{10}$ dos economistas

O mito do eleitor racional

- Problema: qual é a causa da discrepância?
- **Irracionalidade racional**
- Agentes com vieses são racionais quanto arcam com custos
 - Racistas contratando indivíduos de grupos que não gostam, protecionistas importando insumos
- Agentes com vieses, quanto não arcam diretamente com custos, “consomem” suas preferências ideológicas
 - “Os intelectuais morrem por suas idéias, não das suas idéias; eles comumente fogem das consequências das políticas que defendem” autor desconhecido.
 - Exemplo: lei da cidade limpa em SP, limite de velocidade de 20 Km/h para reduzir acidentes, demolição do “Minhocão” x transformar a 23 de maio em jardim...
- políticos devem ouvir seus assessores ou seus eleitores?
- crítica ao pressuposto de eleitores com “ignorância racional” da teoria da escolha pública

Troca de votos (*logrolling*)

- **Logrolling (troca de votos):**
 - *Logrolling*: acordos nos quais um político apoia projetos de outros sem concordar com tais projetos, em troca do apoio destes ao projeto de interesse do primeiro.
 - Curiosidade: troca de votos é condenada moralmente por todos, mas praticados pelas mesmas pessoas a condenam quando se utilizam outros termos.
 - *Logrolling* **explícito** (acordos explícitos de trocas de apoio) e **implícito** (acordos com as lideranças e votação dos diversos projetos em apenas um projeto de lei). Este último é mais sutil, contorna a proibição moral do primeiro, mas não muda sua essência.

Troca de votos

- *Logrolling* é benéfico ou prejudicial?
 - Os dois resultados podem ocorrer: melhoras paretianas ou explorações
 - Considere 5 deputados federais (A,B,...,E) propondo cada um deles um projeto de construção de uma rodovia passando por seu estado.
 - O benefício é \$10 e o imposto será \$1, com custo total igual a \$5.
 - Logrolling: A faz acordo com B e C, B com A e D, C com A e E, D com B e E e E com C e D. Todos os projetos passam. Como o benefício supera o custo, a troca de votos foi benéfica.
 - Mas, se o projeto tiver benefício de \$3, o mesmo esquema de acordos resulta na aprovação de projetos que alocam incorretamente os recursos.

Troca de votos

- **Formação de coalizões de grupos de interesse:**
 - Prejudicada pelo problema de informação assimétrica – o custo de se informar e organizar lobby é relativamente grande quando o benefício é difuso.
 - Exemplo: lobby de cartel da siderurgia defende tarifa. Benefícios do cartel são concentrados: vale a pena pagar pelo *lobby*. Os consumidores e firmas que utilizam o insumo são prejudicados, mas como são racionalmente ignorantes, geralmente não vale a pena pagar por um lobby de defesa de seus interesses. O político adquire verbas de campanha se apoiar o projeto de lei. A população pode ser enganada com um discurso que afirma que o objetivo da proposta é salvar empregos.
 - Exemplo: lei para proibir importação de apoio de queixo de violino nos EUA: nenhum músico deu depoimento, mas firma (que tinha 5 empregados!) argumentou sobre os impactos sobre o emprego...

Troca de votos

- Formação de coalizões de grupos de interesse:
 - Resultado: transferências maciças de recursos de majorias para minorias – rent-seeking.
 - Veja mais adiante Mancur Olson: *The Logic of Collective Action*.
 - Quando se propõe abolir a tarifa e realizar uma transferência direta para o lobista, o que gera menos desperdício, a proposta não é aprovada, pois a transferência camuflada se torna explícita...
- Tendência a excesso de gastos com *logrolling* e ações de grupos de interesse.
- Proposta: votar tamanho do orçamento e sua alocação entre vários fins.

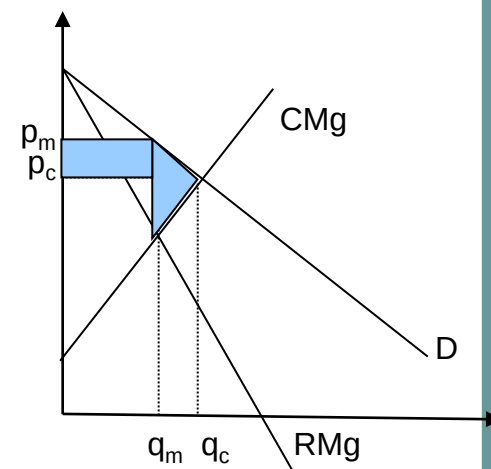
Rent-seeking



Rent Seeking

- **Definição:** atividade legal ou ilegal com o propósito de obter privilégios especiais, como obtenção de monopólio, de zoneamento especial, restrições quantitativas, tarifas de importação, etc. (Tullock)
- **Custo da atividade de busca de renda:**
 - Antes de Tullock, havia uma tendência a reduzir o custo de rent-seeking apenas aos triângulos de Harberler. O retângulo era visto como mera transferência que não reduz riqueza.
 - Mas a obtenção da renda não é gratuita. A competição pela renda pode chegar até a área do retângulo em si.
 - **O custo do rent-seeking é igual à área azul do gráfico.**
 - Análise mostra que o valor **marginal** de se dedicar a atividade produtiva e de rent-seeking, dado um conjunto de instituições qualquer, deve ser o mesmo

Monopólio legal:



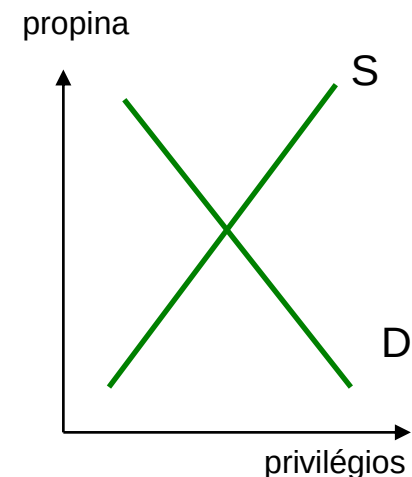
Rent Seeking

- **Benefícios para as firmas:**
 - Competição política é relativamente mais fácil do que competição no mercado (depende da natureza das leis): investir em lobby é mais fácil do que desenvolver produto bom e barato. Diferença entre obter receitas em trocas voluntárias ou não voluntárias.
 - O retorno do *rent-seeking* é incerto, envolve risco.
- **Custos de rent-seeking:**
 - **Prejuízos diretos:** custos de obter o privilégio; **Prejuízos indiretos:** desloca talentos da atividade produtiva;
 - Custos de realizar lobby junto ao legislativo;
 - Contribuições de campanha;
 - Custos de distorção do sistema de votos: logrolling aumenta consideravelmente o custo de aprovar um projeto, em termos de barganhas oferecidas em troca.
 - O custo principal da atividade de rent-seeking é a distorção alocativa: estagnação econômica.
 - Custos não podem ser medidos, já que esse tipo de coisa não é registrado contabilmente.

Rent Seeking

- Quantidade / taxa de crescimento da atividade de rent-seeking depende de:
 - Tamanho do estado;
 - Tipo de estrutura burocrática;
 - Multiplicidade de agencias aumentam os custos de rent-seeking;
 - Bicameralismo aumenta custos de rent-seeking;
 - Federalismo ou estado centralizado:
 - Voto com os pés
 - Fiscalização central e do eleitor
 - Natureza das leis
 - Rigor e certeza da punição
 - Regras impessoais de conduta ou regras administrativas (Hayek): possibilidade de leis que confirmam privilégios legais.

O que desloca as curvas?



Rent Seeking

- A história da humanidade tem sido uma história de crescimento podado pela atividade de rent-seeking.
- A historiografia marxista, baseada em exploração de classe concorre com uma historiografia baseada na teoria de exploração dos liberais franceses anteriores à Marx: o estado é fonte de privilégios e exploração.
- A análise da atividade de rent-seeking era central na teoria econômica anterior a Marx
- Smith ou Bastiat pode ser resumidos do seguinte modo:
 - Quando o pay-off de se dedicar a atividade produtiva diminui em relação à busca de privilégios, os esforços se deslocam para esta última atividade, resultando em estagnação econômica.
 - Ninguém quer produzir, todos querem um direito automático sobre a produção dos outros.
 - Domina o mercantilismo (antigo ou moderno).

Rent Seeking

- Bastiat (O Estado): “o estado é a grande ficção pela qual todos buscam viver as custas dos demais”.
 - Troca voluntária x espoliação legal
 - Espoliação legal: escravidão, servidão, teocracia, privilégios legais, impostos.
- Smith presenciou a diminuição do *rent-seeking* na Inglaterra e o comparou com a dominância desta na França:
 - a chave da riqueza está no conjunto de normas que diminuem o pay-off do rent seeking. O auto-interesse sob esse conjunto de normas é canalizado para o bem coletivo.
- A evidência historiográfica sobre o desempenho econômico das nações é consistente com a explicação dos economistas citados:
- **Estudo de Caso:** o “milagre europeu”.
- **Estudo de caso:** a queda de Roma.
- **Estudo de Caso:** burocracia, tecnologia e estagnação na China antiga.
- **Estudo de Caso:** comparação dos EUA com América latina.

Burocracia

- **Função objetivo:** busca de bem estar geral ou auto-interesse?
 - Segue objetivos técnicos, as ordens dos políticos? Qual deveria seguir?
- **Problema agente-principal:** incentivos com impossibilidade de demissão.
 - Sabotagem dos planos: o monumento de Washington.
- **Natureza da atividade burocrática diferente da privada**
 - Difícil de medir desempenho
 - Necessidade de procedimentos burocráticos: advém da natureza pública do serviço.
 - é impossível adotar práticas administrativas dos homens de negócios (L. Mises - Bureacracy).
- **Descentralização e eficiência**
 - Comparação com firmas privadas
- **Hipótese (Parkinson, Niskanen):** burocracia maximiza orçamento ou o tamanho do *bureau*.

Burocracia

- Lei de Parkinson: "'work expands so as to fill the time available for its completion"
- Modelo de maximização do orçamento
 - Niskanen, W. A. (May 1968). "Nonmarket Decision Making: The Peculiar Economics of Bureaucracy". *The American Economic Review*. **58** (2): 293–305
- Argumento: burocratas racionais procurarão expandir o orçamento para maximizar seu poder (salário e prestígio).
- Agência produz bem público demandado pelos eleitores, mas ofertado pelos políticos.
- Governo determina orçamento da agência, dependendo do serviço prestado
- Políticos e membros de comitês de supervisão têm como objetivo eleição: estes últimos têm interesse em orçamento grande
- Gerente da agência maximiza orçamento discricionário (orçamento do governo menos o custo de produzir o bem)
- Governo tem custos de monitoramento da agência e viés dos monitores que gostam da oferta pública do bem e não se importam com superprodução
- Tendência a superprodução do serviço: exemplo de tragédia dos comuns relativo a verbas públicas (em equilíbrio, benefícios e custos médios, não marginais)

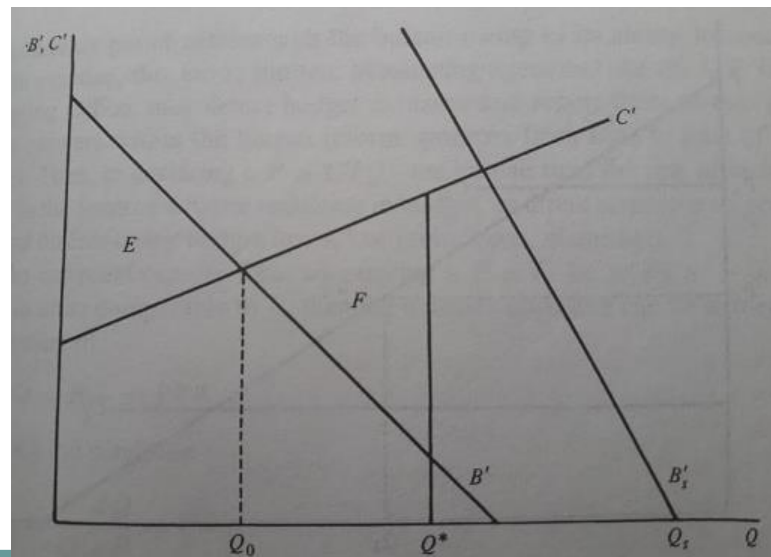
Burocracia: modelo de Niskanen

- Orçamento B do bureau recebido do executivo/parlamento em função da produção Q percebida: $B = B(Q)$, $B' > 0$, $B'' < 0$
- Custo C de produção do bureau: $C = C(Q)$, $C' > 0$, $C'' > 0$
- Bureau maximiza orçamento e não devolve fundos ao financiador: $\max O_B = B(Q) + \lambda [B(Q) - C(Q)]$
- Condições de primeira ordem da maximização:

$$B'(Q) = \frac{\lambda}{1 + \lambda} C'(Q)$$

$$B(Q) = C(Q)$$

- Alocação esperada é Q^*
 - como $\lambda > 0$, em Q^* temos que $B' < C'$:
 - superprodução de Q
- Alocação ótima Q_0 é dada por:
$$B'(Q) = C'(Q)$$



Regulação

- **Micro tradicional:** existe regulação quando ocorrem falhas de mercado.
 - Em um monopólio natural, o ponto eficiente ($p=CMg$) pode gerar prejuízo. Neste caso, pode-se como um “2nd.best” regular o preço igual ao custo médio no cruzamento com a demanda, reduzindo a ineficiência da escolha livre de lucro máximo monopolista.
 - Mas setores regulados não são aqueles nos quais ocorrem mais falhas de mercado. Por que?
- **Stigler:** como a atividade de regulação pode gerar ganhos de monopólio e os agentes públicos são auto-interessados, a agência reguladora irá fixar o preço no nível de maximização de lucros do monopólio e dividirá o ganho com as firmas da indústria
=> **Teoria da Captura**
 - Hipótese de Stigler é robusta empiricamente: procure exemplos brasileiros.
 - mas a realidade é mais complexa. A regulação nem sempre equivale a solução de monopólio.

The Theory of Economic Regulation

George J. Stigler

The Bell Journal of Economics and Management Science, vol. 2, No. 1, 1971.



Citação de Stigler

Regulation and competition are rhetorical friends and deadly enemies: over the doorway of every regulatory agency save two should be carved: "Competition Not Admitted." The Federal Trade Commission's doorway should announce, "Competition Admitted in Rear," and that of the Antitrust Division, "Monopoly Only by Appointment."

–George Stigler, "Can Regulatory Agencies Protect the Consumer?", from *The Citizen and the State: Essays on Regulation* (1975), p. 183.

Introdução

- Problema: por que existe regulação? Quais setores são regulados?
- Tese central: as agências reguladoras são capturadas pelas firmas reguladas e atendem aos interesses destas últimas.
- Teorias alternativas:
 - A) regulação atende interesse público:
 - quotas de importação de petróleo ou buscam objetivos como “valor estratégico” ou são perversões do propósito da atividade reguladora.
 - Por que não usar tarifa no lugar da quota, então, já que é mais econômica?
 - B) atividade política é muito complexa e imponderável:
 - papel da ideologia

Que benefícios o estado pode oferecer a uma indústria?

- Estado possui recurso monopolizado: violência.
- Demanda por regulação:
 - Subsídio
 - difícil excluir firmas que também desejam o subsídio
 - Controle da entrada no mercado
 - Todo grupo com influência política procura limitar a entrada
 - A agência reguladora é desenhada para limitar a entrada
 - Se a indústria doméstica possui recurso interno específico, irá demandar tarifa externa como barreira a entrada

Que benefícios o estado pode oferecer a uma indústria?

- Demanda por regulação (continuação):
 - Regulação de substitutos e complementos:
 - Limites aos bens substitutos (manteiga x margarina)
 - subsídios aos complementares (avião + aeroportos)
 - Controle de preços
 - Ajuda a efetuar discriminação de preços
 - Preços de monopólio

Limites à demanda por benefícios políticos

- No mercado, o poder depende do market-share. Na política, cada firma tem poder proporcionalmente maior: firmas pequenas recebem quotas grandes
- Custos de administrar regulação significativos
- Admissão de terceiros poderosos nos conselhos setoriais

Limites à demanda por benefícios políticos: ilustração – frete

- Com a melhora das estradas, caminhões competem com ferrovia e são portanto regulados: limites ao tamanho dos caminhões
- Se rota compete com ferrovia, passando por 2 estações ferroviárias, a regulação é maior do que linhas que passam por uma única estação ferroviária
- Estados agrícolas permitem mais atividade de frete ferroviário

Custos de Obter Regulação

- Os custos advindos da regulação para a maioria da população superam os benefícios para as firmas reguladas
- Problema: Por que a minoria consegue privilégios em um ambiente de escolha política racional?
- Comparação entre alocação de mercado e alocação política (exemplo: transporte aéreo x ferroviário)
 - No mercado: quantidades diferentes por agente. Na política: mesma quantidade para todos – elemento de coerção.
 - Isso gera duas diferenças no caso das alocações via política:
 - I. simultaneidade das escolhas políticas – custos altos de renovar decisões
 - II. Todos votam, mesmo os que não utilizam o serviço – alto peso de pessoas que não investem tempo para adquirir conhecimento sobre o problema (*obs: igual a eleitores racionalmente ignorantes*)

Custos de Obter Regulação

- Esses problemas são diminuídos por descentralização administrativa (governos locais), referendos e eleição de representantes.
- Se os representantes favorecerem a maioria, eles não seriam reeleitos?
 - Não: se o político beneficiar 10 indústrias com interesses concentrados, ele obterá mais financiamento de campanha e aumenta probabilidade de reeleição.
 - Ao mesmo tempo, como as decisões são raras e tomadas por desinteressados, é custoso para o eleitor se informar sobre cada questão.
 - Resultado: interesses concentrados tendem a obter sucesso na arena política.
 - Exemplos: subsídios para aeroportos, subsídios agrícolas, quotas de importação de petróleo, etc.
- *Obs: igual a análise de exploração de majorias por minorias na escola da Escolha Publica.*

Custos de Obter Regulação

- A oferta de privilégios é feita pelos partidos, que apresentam custos.
- Esses custos são pagos publicamente pelos membros eleitos e pelos demandantes de privilégios: fundos de campanha, comitês de campanha, emprego de membros do partido na indústria, etc.
- Indústrias maiores apresentam custos de regulação mais elevados, pois a oposição de outros interesses é maior.
- Se partido tem monopólio, extraí mais renda da indústria, embora aumente risco de substituição por outro partido, trazendo o preço do privilégio mais perto do custo do partido.

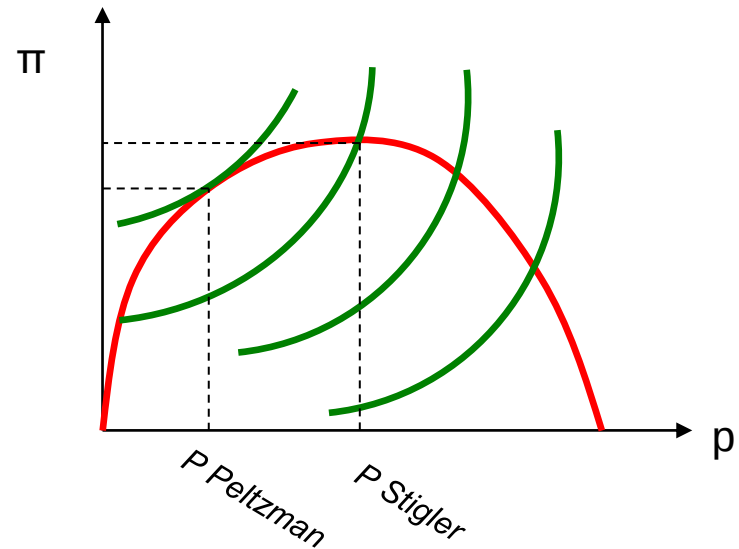
Conclusão

Until the basic logic of political life is developed, reformers will be ill-equipped to use the state for their reforms, and victims of the pervasive use of the state's support of special groups will be helpless to protect themselves. Economists should quickly establish the license to practice on the rational theory of political behavior.



Regulação

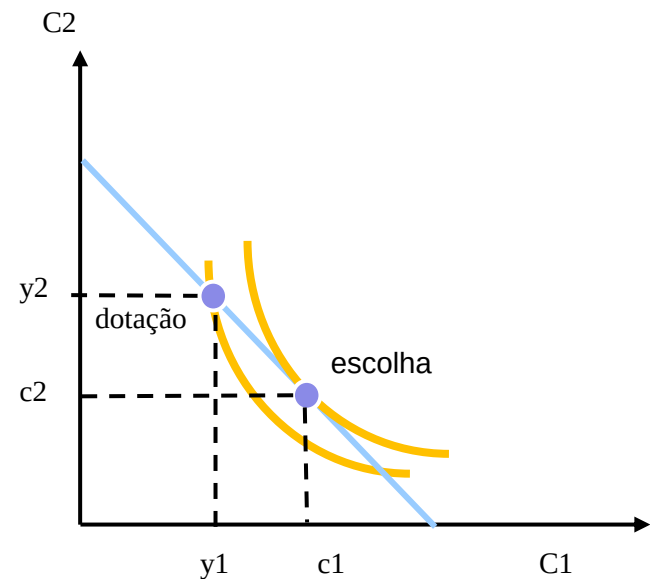
- S. Peltzman: modelo de regulação
 - Os agentes públicos maximizam sua estada no poder;
 - O apoio político é composto de:
 - Contribuições de campanha de firmas reguladas, que desejam lucros altos (função do preço, entre outras variáveis: $\pi = f(p)$ e
 - Votos dos consumidores, que desejam preços baixos.
 - O regulador maximiza seu apoio político $U(p, \pi)$:
 - $dU/dp < 0$
 - $dU/d\pi > 0$



Macroeconomia: a crítica ao keynesianismo de Buchanan

BUCHANAN, J. The Economic Consequences of Mr. Keynes

- **Antes de Keynes:** a maioria dos economistas favorecem orçamento público equilibrado;
- **Racionalismo de Keynes:** elite intelectual deve guiar conduta governamental.
- Se estiverem corretas
 - a) a teoria de flutuações keynesiana e
 - b) a vantagem líquida de empréstimos intertemporais envolvendo governo de países não desenvolvidos,
- então a regra do orçamento equilibrado deve ser abandonada.



Macroeconomia: a crítica ao keynesianismo de Buchanan

- BUCHANAN, J. The Economic Consequences of Mr. Keynes
- **Crítica de Buchanan:**
 - sob democracia sem regra de orçamento equilibrado, os gastos públicos crescem continuamente, gerando déficits crônicos.
 - Hipótese subjacente errada: setor público não tem auto-interesse.
 - Na verdade, a burocracia tem dinâmica própria;
 - Existe “rigidez” não prevista por Keynes:
 - em crises, é possível aumentar os gastos, mas em economias aquecidas, diminuí-los é impossível, pois envolve suspensão de rendas.

Macroeconomia: a crítica ao keynesianismo de Buchanan

- BUCHANAN, J. *The Economic Consequences of Mr. Keynes*
- A atividade de *rent-seeking* (e *rent-keeping*!) se opõem a tal redução.
- Logo, sob democracias contemporâneas, é quase impossível fazer reformas para abolir privilégios.
- De fato, a macroeconomia moderna é a macroeconomia do déficit público crônico.
- *Discussão: comparar análise de Buchanan com o que dissemos sobre burocracia e Destutt de Tracy*
 - *Tendência a sobreoferta de recursos para ofertar bens públicos (Niskanen)*
 - *Tendência a projetos inviáveis, crowding-out do investimento e “rentismo” (Tracy)*

The Logic of Collective Action

Mancur Olson

Cambridge: Harvard University Press, 1971.



Introdução

- **Objetivo:** desenvolver teoria econômica de ação em grupo e aplica-la a discussão de oferta de bens públicos
- **Tese principal:** contrário a teoria de grupos tradicional, os membros racionais e auto-interessados de um grupo não agem no sentido de obter os interesses em comum do grupo, a menos que o grupo seja pequeno ou haja coerção ou algum outro incentivo externo.

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

A. O Propósito das Organizações

- propósito esperado do grupo
- Organizações existem para atender aos propósitos de seus membros: cartéis/firmas; sindicatos/trabalhadores; firmas/acionistas, etc., embora possam ser utilizadas para atender os objetivos dos líderes.

B. Bens Públicos e Grupos Grandes

- Analogia com mercado competitivo: todas as firmas têm interesse em comum em um preço elevado. Mas cada uma tem interesse em suas vendas, que reduzem as das demais. Como cada firma é muito pequena em relação ao mercado, pode ignorar o impacto da sua produção no preço. Max lucro opera contra interesse coletivo das firmas.
- Um lobby para estabelecer uma tarifa nesse mercado encontra problema similar:
 - assim como não vale a pena cada firma restringir sua oferta para elevar o preço, não vale a pena gastar recursos para sustentar o lobby.

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

● Críticas:

- Os membros sabem que se não colaborarem os outros também não irão, portanto colaboram. Argumento refutado: as firmas competitivas vão agir como cartel?
- Considerações religiosas, ideológicas, costumes, etc. induzem colaboração. Mas, com o nacionalismo tão forte, por que estados não se financiam voluntariamente? Problema dos bens públicos: não excludente (e não rival).

● C. A Teoria Tradicional de Grupos

- Grupos se formam devido a instinto gregário. Aristóteles: “o homem é um animal político”.
- Crítica: isso é um termo, não uma explicação. Como a “potência dormitiva” do ópio de “O Doente Imaginário” de Molière.
- Ubiquidade de grupos em sociedades primitivas. A especialização dissolve esses grupos. Surgem grupos maiores para satisfazer essa necessidade em sociedades complexas.

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

- **D. Grupos Pequenos:** Modelo para estudar tamanho do grupo e comportamento individual:
- **Variáveis:**
 - T = quantidade ou nível do bem público
 - $C(T)$ = custo total de prover o bem
 - S_g = tamanho do grupo
 - F_i = fração do ganho adquirido por indivíduo i
 - V_g = ganho do grupo, valor para o grupo
 - V_i = ganho para o indivíduo i
 - A_i = vantagem do indivíduo i

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

- Definições:

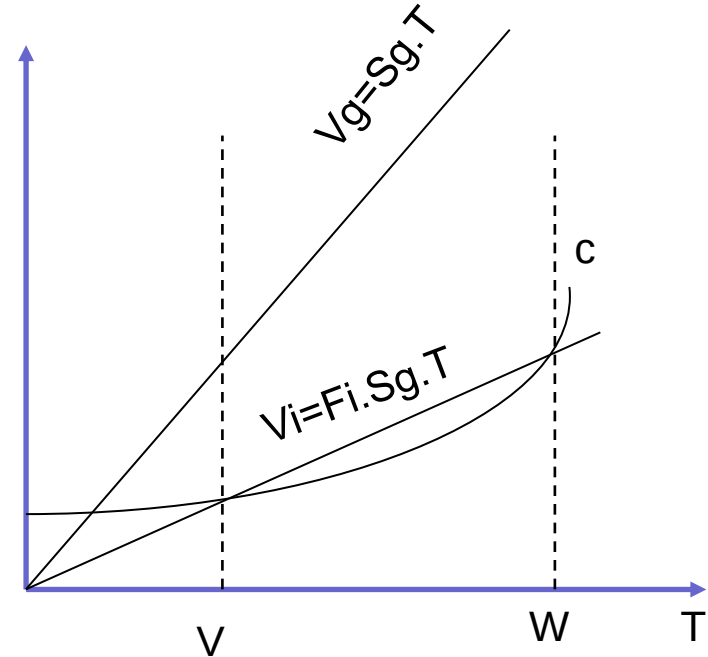
- Vantagem: $A_i = V_i - C(T)$
- Ganho do grupo: $V_g = S_g.T$
- Fração do ganho: $F_i = V_i/V_g$

- Manipulações:

- $V_i = F_i.V_g = F_i.S_g.T$
- $A_i = F_i.S_g.T - C(T)$
- Max A_i : $dA_i/dT = dV_i/dT - dC/dT = 0$
- Como $V_g = S_g.T$, então: $dV_g/dT = S_g$. Substituindo:
- $F_i.dV_g/dT = dC/dT \Rightarrow dV_g/dT = V_g/V_i \cdot dC/dT$
- A taxa de crescimento do ganho do grupo deve exceder o aumento do custo pelo mesmo múltiplo que o ganho do grupo excede o ganho do indivíduo.

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

- Quando haverá oferta, não importando a quantidade ótima?
 $V_i > C$
 $V_i/V_g > C/V_g$
 $F_i > C/V_g$.
- Se o ganho para o grupo excede o custo total por mais do que ele excede o ganho para qualquer indivíduo, então o bem público será ofertado, porque nesse caso o bem para o indivíduo excede o custo total de prover o bem coletivo para o grupo:
- Entre V e W.



I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

- Sumário:

- Grupos pequenos podem ofertar bens públicos sem coerção ou incentivos outros que não o próprio bem público.
- Um ou alguns indivíduos podem ofertar se o benefício deles supera o custo do bem público.
- Como o bem é não excludente, existe tendência a oferta sub-ótima, mesmo em grupos pequenos. Quanto maior o grupo, maior a diferença entre o ótimo e o ofertado.
- Existe então uma tendência no interior do grupo de pequenos explorarem os grandes: financiamento de organismos internacionais, países pequenos são neutros.

- E. Grupos inclusivos e exclusivos (entrada e saída do grupo):

- Bens públicos exclusivos: (mercados) interesse em número reduzido de membros. Em mercados, cada firma deseja menos concorrentes.
- Bens públicos inclusivos: (não mercados) interesse na expansão do número de membros, para dividir custos.
- Mesmas firmas agem de forma inclusiva para garantir suporte a tarifa e exclusiva em relação a rivalidade competitiva.

I – Uma Teoria de Grupos e Organizações

- No grupo inclusivo, ação coletiva pode envolver alguns membros, mas no grupo exclusivo, exige acordo de 100% dos membros (colusão de cartel, por exemplo) => causa: caráter excludente ou não do bem público.
- Por isso, em grupos exclusivos pequenos, as relações pessoais importam (monitorar quem quebra acordo ou não).
- F. Taxonomia de grupos:
 - Exclusivos: a) **monopólio**, b) **oligopólio** e c) **competição**
 - Inclusivos:
 - a) indivíduo buscando bem não coletivo,
 - b1) **grupos privilegiados**: um ou vários indivíduos têm incentivo para prover o bem por eles mesmos. => não precisa de organização
 - b2) **grupos intermediários**: ninguém adquire parcela do benefício grande o bastante para prover por eles mesmos, mas não grande o bastante para que a ação de cada indivíduo não seja observada pelo grupo. => organização pode ou não gerar oferta do bem.
 - C) **grupos latentes** ou grande: se alguém não contribui, não existe incentivo para reagir a isso. => falta de incentivo para cooperar.
 - Em um grupo latente, apenas um **incentivo seletivo e separado** estimula o indivíduo a se comportar segundo os objetivos do grupo.
 - Incentivos seletivos: positivos (vantagens, prêmios) e negativos (punição).

II – Tamanho e Comportamento do Grupo

- A. coerência e efetividade de grupos pequenos:
 - Grupos pequenos, privilegiados ou intermediários são efetivos: em grupos grandes não se chega em um acordo e todos querem o fim da reunião, mas ninguém cede...
 - Em parlamentos, as sub-comissões e comitês decidem quase tudo.
 - Estudos empíricos mostram que grupos de 5 membros são mais eficazes que grupos de 12 membros.
 - Acionistas em uma firma de capital muito pulverizada tendem a não votarem pela destituição de gerências incompetentes pelos mesmos motivos.
 - No grupo grande, como a contribuição individual é pequena, é racional que os membros não estudem as questões com a profundidade necessária.

II – Tamanho e Comportamento do Grupo

● Problemas das Teorias Tradicionais:

- Sociólogos e cientistas políticos que estudam as vantagens dos grupos pequenos acreditam que os mesmos procedimentos podem ser aplicados em grupos grandes. Este estudo mostra que isso não pode ser feito.
- A teoria exposta aqui assume consenso entre os membros. Se rejeita essa hipótese, a coordenação em grupos grandes se torna mais improvável ainda.

● Incentivos Sociais e Comportamento Racional:

- Existem incentivos não monetários: prestígio, amizade, respeito, etc. Eles podem induzir participação
- Isso não contradiz conclusão do argumento, pois status social não é um bem coletivo, mas individual. Considerações de status são incentivo seletivos que permitem cooperação em grupos latentes, conforme a teoria.
- Esse tipo de incentivos funciona melhor em grupos pequenos, nos quais ocorre contato pessoal.
- O estudo não supõe egoísmo: em um grupo latente, um agente altruísta não tem os incentivos para colaborar, pois retornos são pequenos

III – Sindicatos e Liberdade Econômica

- **História do sindicalismo corrobora teoria:**
 - Sindicatos nos EUA surgem pequenos, de forma voluntária;
 - Expansão do movimento sindical exige compulsão, pois não é racional contribuir para a causa comum, conforme teoria de grupos desenvolvida acima:
 - leis de exclusão do trabalho de não-membros e regras que inibem fura-greves.
 - Incentivos que funcionam como bens privados, como seguros desemprego, seguro acidentes, clubes e até mesmo piqueniques anuais.
 - Maioria é a favor de lei que impõe sindicalização, mas maioria não quer participar do sindicato. Isso é consistente? Sim!
- **Paralelo entre sindicatos e estado:**
 - necessidade de compulsão
 - discussão sobre coação estatal e liberdades econômicas e civis.

IV – Teorias Ortodoxas de Estado e Classe

- Clássicos ingleses não possuem teoria do estado, apenas enumeram atividades própria ao mesmo.
- Autores continentais têm teoria do estado: vide Wicksell quando discutirmos a Escola da Escolha Pública (regra de unanimidade para taxação).
- Marx: estado é comitê que segue os interesses da classe dominante.
- Olson faz uma crítica à consistência da teoria de Marx.

IV – Teorias Ortodoxas de Estado e Classe

- Marx:

- Classes definidas pela posse ou não de capital;
- Indivíduos de cada classe têm interesses comuns;
- Indivíduos agem racionalmente conforme interesses de sua classe (superestrutura, etc.)
- Fato importante para o pensamento socialista: porque os trabalhadores não se interessam por política? Deve haver uma classe profissional de revolucionários que agem segundo os interesses do proletariado (Lenin)?

- Crítica de Olson:

- Agentes são racionais, mas é racional não agir para obter o interesse coletivo da classe em grupos latentes.

V – Teorias Ortodoxas de Grupos de Pressão

- Vários cientistas sociais e movimentos políticos consideram **grupos de pressão** benéficos e que devam ser estimulados: do estado corporativo de Mussolini e do sindicalismo ao anarquismo de Bakunin, passando por papas (Pio XI: *Quadragesimo Anno*) e políticos (de Gaulle).
- O economista do institucionalismo americano **John R. Commons** preferia a representatividade ocupacional à geográfica:
 - Idéia semelhante ao “socialismo das guildas”: eleitos de grupos de pressão poderiam substituir a legislatura tradicional.
 - Sociedade de mercado gera poder desproporcional aos ricos e distorce representatividade. Se cada grupo de pressão tiver um voto, obtém-se equilíbrio representativo.
 - *countervailing power* de Galbraith se assemelha a Commons.

V – Teorias Ortodoxas de Grupos de Pressão

- Modernamente, a teoria é defendida por cientistas políticos (Lathan, Bentley, Truman):
 - Interesses do grupo mais relevantes do que interesses individuais;
 - Definição de interesses de grupo pelo conflito de grupos.
 - Governo reflete balanço de interesses de grupos.
 - Poder do grupo reflete a quantidade de membros: interesses de grupos mais amplos tendem a vencer interesses especiais.
 - Conforme a sociedade se torna mais complexas, novos grupos são necessários e surgem para estabilizar as relações entre os diversos grupos.
 - Se algum grupo abusar em suas requisições, **grupos potenciais** surgiriam em reação. Logo, no governo existe um equilíbrio de forças.
- A lógica da teoria de grupos:
 - Essa teoria fracassa pela sua rejeição do individualismo metodológico, pois ignora os interesses individuais: como os grupos podem atender aos interesses do grupo além dos interesses individuais dos seus membros?
 - Levando em conta estes últimos, não existem incentivos para a formação de grupos de forma que haja representatividade dos grupos: grupos privilegiados e intermediários vencem os grupos latentes (exploração dos grandes pelos pequenos).

VI. Teorias de Subproduto e Interesses Especiais

- Teoria de 'subproduto' de grandes grupos de pressão
 - Como explicar grupos grandes de pressão? Embora consumidores ou trabalhadores de escritório não se organizam, sindicatos, médicos, advogados, fazendeiros o fazem.
 - Resposta: além de fazer *lobby* por bens coletivos, esses grupos a) oferecem outros incentivos à associação e/ou b) usam coerção (**incentivos seletivos**).
 - Sindicatos: vide capítulo III.
 - Associações Profissionais (médicos/advogados):
 - Funcionam como guildas medievais
 - Médicos fora da associação não recebem jornal, testemunho jurídico em ação por competência, direito de trabalhar em certos lugares, etc. Advogados não podem trabalhar sem exame ordem, carteira, etc.

VI. Teorias de Subproduto e Interesses Especiais

- Teoria de Interesses Especiais e Lobbies Comerciais:
 - Lobbies são grupos pequenos, com interesse monetário concentrado. Isso explica sua existência e poder.
 - Dados:
 - 800 de 1200 lobbies (excluindo índios) de Washington representam negócios. 10 vezes mais que lobbies “sociais”.
 - Outros grupos não se organizam:
 - Menos de 1% de negros participam de associação nacional voltada aos seus interesses
 - Menos de 1/600 % de consumidores da National Consumers’ League
 - 15% dos veteranos da American Legion
 - Existem lobbies comerciais porque cada associação é feita de um oligopólio
 - De 431 associações, 150 têm menos de 20 membros, o normal é algo entre 25 e 50.